

*Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952*



## **SINDICALISMO VERMELHO: A POLÍTICA SINDICAL DO PCB ENTRE 1948 E 1952**

### **RESUMO**

Este artigo analisa a política sindical do Partido Comunista do Brasil PCB entre 1948 e 1952. Nele constata-se uma contradição entre o conjunto das memórias dos militantes comunistas, que serviram de base para a construção de uma história do PCB, e os documentos produzidos por esse mesmo partido no período estudado. A política de construção de organizações de trabalhadores à margem da estrutura sindical oficial não teve como objetivo a construção de uma estrutura sindical paralela, de caráter permanente. Esta foi a forma encontrada para acumular forças no sentido de reconquistar os sindicatos oficiais. Apesar disso, este foi o período em que os comunistas chegaram mais perto de romper com o que se convencionou chamar de ideologia do populismo sindical. Porém, a conjuntura desfavorável para a classe operária e os limites da crítica comunista à estrutura sindical estatal impossibilitaram que os comunistas pudessem substituir essa estrutura corporativa e tutelada por outra assentada no sindicalismo livre.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Partido Comunista do Brasil - PCB; Sindicalismo brasileiro; Populismo; Estrutura sindical

Augusto César Buonicore<sup>1</sup>

SINDICALISMO VERMELHO: A  
POLÍTICA SINDICAL DO PCB  
ENTRE 1948 E 1952<sup>2</sup>

A POLÍTICA SINDICAL COMUNISTA NO GOVERNO  
DUTRA - OS ANOS DE CHUMBO (1948-1950)

UMA INTRODUÇÃO

O período que vai de 1948 a 1952 é um dos mais obscuros da história do movimento sindical brasileiro. Raros foram os trabalhos produzidos sobre esta fase. Mesmo as biografias e autobiografias de militantes e dirigentes do Partido Comunista do Brasil – PCB, tendem a relegar este período a um segundo plano, quando muito dedicando-lhe algumas poucas linhas.

Mas a principal característica desta produção consiste em uma avaliação, em geral, bastante negativa da política sindical comunista no período. As principais críticas se dirigem às tentativas de formação de associações profissionais “paralelas” aos sindicatos oficiais; tentativas que, segundo os críticos, não encontraram respaldo junto à classe operária e, por isso mesmo, foram as responsáveis diretas pela perda de influência dos comunistas junto aos trabalhadores urbanos.

Acredito que uma das razões para a constituição de uma visão tão negativa entre os militantes sindicais, e intelectuais de esquerda, foi a autocrítica elaborada posteriormente aos acontecimentos. Esta foi excessivamente dura e, sem dúvida, correspondeu a uma alteração substancial ocorrida na política mais geral do partido e à sua gradual incorporação ao “pacto

---

<sup>1</sup> Historiador, doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp e membro do Conselho de Redação da revista *Debate Sindical*. soniaugusto@uol.com.br

<sup>2</sup> Este artigo é baseado na minha dissertação de mestrado intitulada *Os comunistas e a estrutura sindical corporativa (1948-1952): entre a reforma e a ruptura*, orientada pelo Prof. Dr. Armando Boito Junior, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1996.

populista”, linha que se consolida com a declaração de março de 1958. O que pretendo demonstrar neste artigo é que muitas dessas críticas foram unilaterais e merecem ser revisadas.

#### SINDICATOS OFICIAIS E ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

A conjuntura que se inicia em 1947 e vai até o final de 1950 caracterizou-se pelo rompimento do chamado pacto populista, que tentou firmar-se no final do governo Vargas. A conseqüência foi a exclusão, mais ou menos violenta, das massas urbanas, especialmente a classe operária, do jogo político, ainda que esta participação estivesse se dando de maneira subordinada.

A tentativa de incorporação desses setores populares, implementada por Vargas, foi abruptamente interrompida pelo seu sucessor, com as intervenções nos sindicatos mais ativos, com o fechamento das organizações intersindicais paralelas, Movimento Unificador dos Trabalhadores - MUT e Confederação dos Trabalhadores do Brasil - CTB; e com a cassação do registro do principal representante dos setores mais organizados e avançados das classes trabalhadoras, o PCB.

A adesão do conjunto das classes proprietárias brasileiras, inclusive a burguesia industrial, à política antioperária de Dutra, com o seu apoio ativo à cassação da legalidade do partido e de seus parlamentares, levou os comunistas a afastarem qualquer possibilidade do restabelecimento da consigna de “união nacional”, por eles defendida entre os anos de 1945 e 1946.

Outro fator que iria pesar decididamente para a alteração da política comunista foi o início da guerra fria, e o crescimento do perigo de uma nova guerra mundial. Diante desta nova conjuntura internacional que se abriu, o conjunto da burguesia brasileira e o governo Dutra cerraram fileiras ao lado do imperialismo norte-americano, colaborando ativamente para o seu esforço de guerra contra a URSS. Isto fez acirrar ainda mais a repressão interna contra os comunistas brasileiros e conseqüentemente contra o movimento operário em geral.

Tudo isto leva a uma mudança substancial da política sindical dos comunistas brasileiros. A política sindical do PCB entre 1948 e 1950 caracterizou-se pela crítica mais acentuada à estrutura sindical brasileira. Foi, sem dúvida, a crítica mais contundente que esta estrutura sofreu desde a sua consolidação

na década de 40 do século XX. O próprio documento *Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista*, mais conhecido como *Manifesto de Janeiro de 1948*, que se constituiria no principal guia para ação dos comunistas até 1950, já afirmava que a luta pelas reivindicações imediatas das massas trabalhadoras deveria ser organizada dentro das entidades sindicais já existentes ou, onde isso fosse impossível, dentro das novas organizações profissionais criadas nos próprios locais de trabalho.<sup>3</sup>

Aqui cabe destacar duas coisas. A indicativa de formação de associações profissionais estava vinculada à impossibilidade de atuação nos sindicatos existentes sob a intervenção do Ministério do Trabalho. A fórmula proposta é a constituição de associações profissionais por local de trabalho e não por região ou categoria profissional. Não visavam assim, a princípio, concorrer com a representação sindical oficial existente.

O jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do PCB, de 27 de janeiro de 1948, não deixa dúvida quanto à política a ser seguida pelos comunistas:

*Por mais que seja difícil o trabalho sindical, mais necessário se torna a luta organizada, tenaz, paciente e decidida dos trabalhadores pela recuperação de seus sindicatos, mobilizando-se dentro deles, quaisquer que sejam as suas diretorias (...). Mesmo em mãos da polícia ministerialista (...) o sindicato continua a ser órgão destinado a unificar as massas trabalhadoras na luta por suas reivindicações econômicas. Por isso se torna obrigatória a presença dentro do sindicato de todos os trabalhadores conscientes.*<sup>4</sup>

O tom seria alterado nos meses seguintes, deslocando a ênfase para a constituição de organizações por local de trabalho e de associações profissionais, mas em nenhum momento seria abandonada a diretiva de atuação nos sindicatos, no sentido de reconquistá-los.

---

<sup>3</sup> PRESTES, L. C. Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista. *Problemas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 9, p. 18-42, abr. 1948.

<sup>4</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 27 out. 1948.

No documento *Mobilizar Grandes Massas para Defender a Paz e Derrotar o Imperialismo e a Ditadura*, publicado em agosto de 1949, o dirigente nacional do PCB, Maurício Grabois adverte contra os desvios esquerdistas na interpretação da política sindical do Partido. Ele critica a posição assumida pelos membros do partido que haviam abandonado os sindicatos oficiais. A militância havia compreendido  *muito esquematicamente a importância da criação das associações profissionais* e acabaram fundando essas organizações na base de sindicatos nos quais ainda era possível atuar em defesa dos interesses das massas.

O fundamental para os comunistas era a organização por local de trabalho e as lutas pelas reivindicações econômicas imediatas dos trabalhadores. Afirma Grabois:

*Partindo do princípio básico de nossa política sindical de que a organização do proletariado deve repousar nas empresas, torna-se evidente que toda organização que tenha por finalidade defender os interesses econômicos dos trabalhadores, seja qual for o seu nome, sindicato ou associação profissional, cooperativa ou comissão, desde que se apóie na fábrica ou no local de trabalho, serve para organizar sindicalmente os trabalhadores. É na base de organizações deste tipo que iremos estruturando o movimento sindical, utilizando os organismos existentes e lutando pela criação de novos organismos sindicais nas empresas.*<sup>5</sup>

Esta passagem deixa claro a duplicidade da política sindical comunista. De um lado não se prende ao sindicalismo oficial como única forma legítima de representação das classes trabalhadoras, por outro não propõe a supressão do sindicalismo existente por um novo e, sim, um convívio entre ambos, e, por fim, a incorporação do último no primeiro.

Os comunistas, durante todo este período, apesar de criticarem mais duramente a estrutura sindical, sempre procuraram intervir nela. Atuaram, certamente, na esperança de destruí-la por dentro. Mas, na prática, sua ação ia no sentido de

---

<sup>5</sup> GRABOIS, M. Mobilizar grandes massas para defender a paz e derrotar o imperialismo e a ditadura. *Problemas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 20, p. 23-52, ago./set. 1949.

reformá-la, democratizá-la, extirpando-a dos mecanismos mais discricionários e daquele que, segundo eles, seria o principal mecanismo para manutenção dos pelegos na direção dos sindicatos: o imposto sindical. Pode-se afirmar que, para os comunistas, a garantia de eleições livres para as direções sindicais, sem a intervenção direta do Ministério do Trabalho, e o fim do imposto sindical seriam condições suficientes para o estabelecimento da efetiva liberdade sindical.

A defesa da necessidade de atuação nos sindicatos oficiais, inclusive os sob intervenção, significava a subordinação dos trabalhadores às direções ministerialistas. Ainda em 1948, a *Gazeta Sindical* já indicava aos militantes sindicais que *se as juntas governativas não aceitarem o caminho indicado pelos trabalhadores, essas organizações nas empresas deviam passar por cima dos sindicatos*. E foi isto que, em geral, acabou acontecendo na quase totalidade dos movimentos grevistas ocorridos no período.

A própria composição da CTB reflete, em parte, essa concepção ampliada sobre o que seja uma organização sindical. Na resolução aprovada em sua 1ª Conferência Nacional ficou estabelecido que dela poderiam participar *os atuais sindicatos, as organizações operárias de caráter beneficente, cooperativa e social* e, é claro, as associações profissionais. Neste momento ainda não era dada nenhuma preferência pelos sindicatos oficiais. E nem poderia ser diferente, porque a quase totalidade da militância comunista estava excluída dos sindicatos e concentrava a sua ação nas organizações por locais de trabalho; excluir ou reduzir o papel dessas organizações dentro da CTB era excluir e reduzir o papel desempenhado pelo movimento operário real que, mesmo limitado, passava por essas organizações, diante da completa inatividade dos sindicatos ministerialistas.

#### ESVAZIAMENTO DOS SINDICATOS OFICIAIS

Ao contrário dos que afirmam existir um conflito permanente entre a diretiva da direção do PCB para o abandono dos sindicatos oficiais e a aspiração das massas em atuar nos sindicatos oficiais sob intervenção, podemos asseverar que todas as informações levantadas na imprensa sindical e comunista da época apontam para uma conclusão oposta. Constatamos uma tendência acentuada de esvaziamento dos sindicatos por parte

dos trabalhadores e especialmente das bases comunistas. Isto pode ser sentido nas próprias declarações de militantes e dirigentes comunistas e socialistas do período.

As intervenções sindicais, no início de 1947, puseram um fim ao crescimento da sindicalização que vinha sendo observado principalmente desde 1945. Não só o crescimento foi estancado como houve uma redução do número de sindicalizados, e isto teve vários motivos.

Desde dezembro de 1946, quando o Ministro do Trabalho Morvan Figueiredo, respondendo a uma consulta de um sindicato de Juiz de Fora, autorizou as direções sindicais a suspender os associados que insistissem *em levar o sindicato a uma posição ilegal*, ocorreu um processo de expurgo generalizado das lideranças sindicais mais combativas, geralmente comunistas. Isto veio a se agravar depois do Decreto de 7 de maio de 1947 que abriu a possibilidade de intervenção em todos os sindicatos que haviam aderido à CTB.

Segundo o jornal *Vanguarda Socialista*, órgão oficial da direção nacional do PSB, só no sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal, mais de 900 trabalhadores foram sumariamente excluídos.<sup>6</sup> O ex-líder metalúrgico e comunista, Agostinho de Carvalho, fala em cerca de 1.300 trabalhadores afastados compulsoriamente do sindicato sob acusação de serem comunistas.<sup>7</sup>

O impacto das intervenções também levou ao afastamento espontâneo de milhares de trabalhadores. Digo *espontâneo* pois não havia esta diretiva por parte de nenhuma organização de esquerda mais expressiva, comunista, socialista ou trotskista.

Até mesmo no Sindicato dos Gráficos de São Paulo, no qual houve uma intervenção negociada, o que permitiu a manutenção, enquanto colaboradores, de membros da diretoria destituída, houve uma redução significativa no número de associados. Só em 1947, 722 associados deixaram de pertencer aos quadros do sindicato: 671 por atraso de pagamento, 42 por abandono de profissão (aqui se incluem os trabalhadores da Imprensa Oficial desligados por decisão da nova diretoria, por

---

<sup>6</sup> *Vanguarda Socialista*, Rio de Janeiro, 3 jan. e 15 nov. 1947.

<sup>7</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 1952.



serem considerados funcionários públicos) e apenas 2 por falecimento. Em 1948 foram eliminados mais 459 sócios.<sup>8</sup>

Pelas páginas de *O Trabalhador Gráfico*, Pedro Viadero, presidente cassado do sindicato, ex-comunista e colaborador da junta governativa, afirmaria:

*Empossada a junta governativa (...) os associados influenciados talvez por elementos menos ponderados (...) deixaram a corporação, deixaram de freqüentar como antigamente faziam (...) pode-se dizer mesmo que o sindicato ficou às moscas (...) A Junta governativa isolada do resto da corporação teve desde os primeiros momentos embargados seus passos, pela indiferença e pelo descaso da maioria dos companheiros.<sup>9</sup>*

A política policialesca existente nos sindicatos também foi responsável pelo esvaziamento dos sindicatos oficiais. Em São Paulo, no início de 48, vários motoristas e cobradores foram presos pelos “tiras da ordem política”, quando tentavam entrar na sede do sindicato.<sup>10</sup> Em março de 1948, a diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo solicitou a prisão de todos os elementos da Comissão Municipal de Salários, eleitos pela categoria numa assembléia dentro do próprio sindicato. O que culminou com uma greve de protesto na fábrica Labor, na qual trabalhava um dos detidos.<sup>11</sup> Não é de se admirar o alto nível de descrédito dos trabalhadores em relação a estas organizações sob direção ministerialista.

#### ASSOCIAÇÕES LIVRES E MOVIMENTO OPERÁRIO

Existe, em geral, uma visão bastante crítica em relação ao papel desempenhado pelas associações profissionais e as organizações livres no movimento sindical brasileiro. A política de formação dessas entidades livres é condenada por não ter

---

<sup>8</sup> *O Trabalhador Gráfico*, São Paulo, 25 maio 1949, 7 fev. 1950 e ago. 1951.

<sup>9</sup> VIADERO, P. Tarefa de insensatos. *O Trabalhador Gráfico*, São Paulo, p. 8, 25 maio 1949.

<sup>10</sup> *Hoje*, São Paulo, 23 jan. 1948.

<sup>11</sup> *Gazeta Sindical*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1948.

conseguido aglutinar as massas trabalhadoras, e por ter isolado as lideranças comunistas, facilitando a expansão das correntes ministerialistas e trabalhistas.

Não temos dúvidas, e vários depoimentos o comprovam, de que uma grande parte destas organizações livres aglutinaram pequena parcela de trabalhadores. Mas não podemos absolutizar estas informações e negar a importância destas entidades na organização e no impulsionamento das lutas dos trabalhadores urbanos naquele período. Não podemos, de forma alguma, concordar que a política de formação de organizações livres, em geral, fosse a principal responsável pela perda de influência dos comunistas junto aos trabalhadores urbanos.

Através de muitas destas entidades, os comunistas conseguiram acumular forças o que lhes permitiu ganhar as eleições para as diretorias de importantes sindicatos. Em muitos deles, venceram, mas foram impedidos de tomar posse graças à interferência direta do Ministério do Trabalho.

A vitória da oposição, apoiada pelos comunistas, no Sindicato dos Metalúrgicos em São Gonçalo, foi sustentada pela Caixa Beneficente da Indústria Hime, a principal base desse sindicato. A oposição vitoriosa nas eleições para a diretoria do Sindicato dos Hoteleiros do Distrito Federal tinha por base a antiga Comissão Pró-Liberdade Sindical dos Trabalhadores em Hotéis e Restaurantes; o mesmo ocorreria com o Sindicato da Carris Urbanos do Distrito Federal, no qual a oposição organizada através da Associação Unificadora dos Trabalhadores da Light venceu a eleição no final de 1950. Nestes dois últimos casos os comunistas foram impedidos de tomar posse.

Na cidade de Conselheiro Lafaiete, a chapa apoiada pela Associação Profissional dos Trabalhadores das Minas venceu a eleição no sindicato da categoria. Em São Paulo, a União dos Bancários esteve por trás da chapa vitoriosa no Sindicato dos Bancários. Neste mesmo estado, a oposição, que se organizava através do Comitê Gráfico pela Autonomia Sindical, sob hegemonia socialista, venceu a eleição no Sindicato dos Gráficos em 1951; embora esta tivesse sido impedida de tomar posse.

No Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal, na base do qual existia uma Comissão de Defesa Sindical e organizações livres nos locais de trabalho, como a Caixa Pró-Natal da Indústria Ipiranga, a oposição só não venceu a eleição sindical pelas constantes interferências do Ministério do Trabalho

que impediram sistematicamente a realização do pleito até 1952. Os comunistas venceram as eleições no Sindicato dos Transviários de Porto Alegre e no Sindicato dos Têxteis do Distrito Federal, onde havia associações organizadas em algumas fábricas têxteis.

Além das associações já citadas, várias outras associações profissionais tiveram um papel importante na manutenção da organização dos trabalhadores urbanos. Destacam-se a Associação dos Trabalhadores do Arsenal da Marinha; a União dos Ferroviários da Sorocabana e a União dos Funcionários Públicos e Autárquicos do Estado de São Paulo; essas três últimas categorias estavam proibidas de se organizarem em sindicatos oficiais.

Através de muitas dessas associações, os trabalhadores foram mobilizados para participar das assembleias sindicais dirigidas pelos ministerialistas, e conseguiram fazer aprovar resoluções mais avançadas, que apontavam para a efetiva mobilização dos trabalhadores, para a recusa de instauração de dissídios coletivos. Em muitos casos conseguiram até a destituição das juntas governativas e a indicação de novas diretorias. Embora essas vitórias fossem efêmeras, devido à conjuntura adversa, elas mostram a representatividade de que gozavam as lideranças comunistas, e suas organizações, junto aos trabalhadores urbanos.

#### AS ORGANIZAÇÕES LIVRES E AS GREVES

Existe uma tendência entre os estudiosos do movimento sindical brasileiro de rebaixar o nível de ação das massas operárias a partir de 1948 até pelo menos 1952. A compreensão equivocada de que a repressão do governo Dutra e a política sindical do PCB imobilizaram o movimento operário, levou a que muitos autores desconsiderassem este período rico da história das lutas operárias em nosso país. De fato, a conjuntura que vai de 1947 a 1950 é marcada, de maneira geral, pelo refluxo das lutas operárias, especialmente quando comparada com o período imediatamente anterior de 1945-1946. Mas a presente pesquisa leva a crer que é preciso relativizar este refluxo.

A nova posição assumida pelos comunistas, após janeiro de 1948, de priorizar a construção de organizações livres nas empresas para a luta por reivindicações imediatas, especialmente aumentos salariais, também corresponderia, em parte, às aspirações da classe operária que tinha seu poder aquisitivo

rapidamente corroído pela inflação que ultrapassava, segundo a revista *Problemas*, os 120% nos dois primeiros anos do governo Dutra. Tal conjuntura levaria à eclosão de inúmeros e importantes movimentos grevistas a partir 1948.

Segundo levantamento pela imprensa comunista, mais de 100 greves eclodiram naquele ano e atingiram, segundo Jover Telles, acima de 250 mil trabalhadores. O móvel da grande maioria destas greves foi a luta por aumentos de salários.

Embora as greves tivessem atingido a maioria das categorias e se espalhado por diversos Estados brasileiros, elas se destacam entre os ferroviários, mineiros e têxteis. Nestes setores eclodiram os maiores movimentos, quer pela sua abrangência (região atingida e número de trabalhadores em greve), quer pela sua duração e pelos efeitos que causaram sobre a luta das demais categorias, impulsionando-as.

Neste período a ênfase do discurso das lideranças sindicais comunistas foi alterada. A pressão sobre o governo e o parlamento passou para um segundo plano, os comunistas passaram então a concentrar suas energias na livre negociação entre patrões e empregados sem intermediações do Ministério do Trabalho. O mecanismo do dissídio coletivo, tão empregado pelos comunistas até 1947, passa a ser repudiado.

O ano de 1949 foi marcado por um refluxo das lutas grevistas no país. Somam-se, através da imprensa comunista, cerca de 50 greves. Ou seja, o número de greves cairia pela metade em relação ao ano anterior, a queda no número de grevistas seria ainda maior. O ano de 1950 conheceu um certo afluxo do movimento grevista, embora continuasse bem abaixo do nível atingido em 1948. Foi constatada a existência de 76 movimentos de paralisação.

Uma das características do movimento grevista ocorrido entre 1948 e 1950 foi a predominância das greves localizadas por empresas, a quase não existência de greves por categoria ou greves generalizadas que envolvessem diversas categorias de trabalhadores. A quase totalidade das greves deu-se por razões de ordem econômica, em torno de reivindicações como aumento de salários, pagamento do abono de Natal e do descanso semanal remunerado, e contra o atraso nos pagamentos.

Outra característica comum a todo este período (1948-1950) é a não participação dos sindicatos oficiais nesses movimentos grevistas. Em todas as greves ocorridas no período,

quando constatado algum tipo de organização, eram invariavelmente comissões internas por empresas ou, em menor medida, associações profissionais. Foram raríssimos os casos de participação de diretorias de sindicatos oficiais nas lutas reivindicatórias das categorias. Em geral, as posições dos sindicatos ministerialistas se dividiam entre a condenação aberta da greve, inclusive colaborando com a repressão aos grevistas, e o desconhecimento completo do movimento.

Por outro lado, podemos constatar a presença de comissões de trabalhadores nas principais greves deste período. As comissões se dividiam naquelas mais permanentes que eram comissões de empresa, ou comissões mais fluidas: aquelas de salários ou de reivindicações que existiam em função das lutas que surgiam. Geralmente onde existiam comissões de empresas minimamente organizadas era formada uma comissão salarial durante as mobilizações.

As associações profissionais também tiveram um papel importante em diversas greves ocorridas até 1952. A Associação dos Trabalhadores de Barretos, que congregava trabalhadores de diversas categorias, dirigiria uma importante greve no Frigorífico Anglo em abril de 1951, o que custaria o seu fechamento em maio de 1951.

A Associação dos Trabalhadores Urbanos de São Paulo estaria por trás de uma greve realizada em novembro de 1949 o que também lhe custaria a ocupação policial de sua sede e o seu fechamento sob acusação de *tentativa de reorganização comunista*.<sup>12</sup>

#### A LUTA CONTRA O IMPOSTO SINDICAL

A partir de janeiro de 1948, os comunistas passam a encaminhar a campanha contra o imposto sindical. Em 27 de fevereiro, o dirigente nacional do PCB, João Amazonas, expõe no jornal *Imprensa Popular* a opinião do partido sobre a cobrança do imposto.

---

<sup>12</sup> MARANHÃO, R. *Sindicatos e democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p.102.

*Os trabalhadores não têm interesse em manter sindicatos por esse meio. Afinal o que está aí não é sindicato na verdadeira expressão do termo (...) Os mesmos são órgãos de colaboração com o Estado Brasileiro que não é senão instrumento de dominação de classe dos grandes latifundiários, banqueiros e industriais ligados ao imperialismo. É evidente que se os trabalhadores forem organizados na dependência desse Estado não poderão lutar nem defender seus interesses.<sup>13</sup>*

Aproveitando-se de um parecer do Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Alcindo Pinto Falcão, que considerou inconstitucional a cobrança do imposto sindical, os comunistas fortalecem a sua campanha. Segundo o parecer, com a promulgação da nova Constituição, os sindicatos deixaram de fazer parte da organização do Estado e passaram a ser entidades de direito privado. Roberto Morena, secretário geral da CTB, afirma: *As vultuosas somas arrecadadas através do imposto sindical foram sempre empregadas para manter esses simulacros de "sindicatos" que vêm desde o Estado Novo até agora (...) Com a liquidação dessa taxa, já inconstitucional, será anulada, em grande parte, a interferência do Estado nas organizações de classe.<sup>14</sup>*

O impacto da decisão do Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública levou alguns patrões, pressionados pelos seus empregados, a suspenderem o desconto do imposto sindical. O Ministério do Trabalho não perde tempo e, apoiado pelos ministerialistas, ameaça com multas os empregadores que não descontarem o imposto sindical.<sup>15</sup>

Nos primeiros meses de 1948, até março, podemos notar a receptividade da campanha empreendida pelos comunistas contra o imposto sindical. No dia 15 de março, logo após a decisão do juiz, os cerca de 100 operários da Fundação Luporine, no Distrito Federal, entregaram um memorial com a assinatura da quase totalidade dos funcionários. Diante da recusa dos patrões

<sup>13</sup> AMAZONAS, J. Ninguém pode pagar o imposto sindical. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, p. 1 e 2, 27 fev. 1948.

<sup>14</sup> MORENA, R. Primeiro passo para a autonomia sindical. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, p. 1 e 5, 4 mar. 1948.

<sup>15</sup> *Gazeta Sindical*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1948.

em acatar a solicitação, eles promoveram uma paralisação de protesto de uma hora dentro da fábrica.

A reação do Sindicato dos Metalúrgicos foi imediata no sentido de pressionar a empresa pelo desconto do imposto sindical e de denunciar o operário comunista, José Lellis, como principal instigador do movimento. Lellis foi demitido e o imposto acabou sendo descontado.

Os memoriais corriam todas as categorias. Apenas no jornal comunista carioca *Imprensa Popular* de março de 1948 pudemos constatar a movimentação em mais de 20 empresas (ou seções de empresas).

Porém o parecer do Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública foi um tropeço do judiciário que não se repetiria. O Tribunal Federal de Recursos acabou fixando jurisprudência em sentido contrário, admitindo como constitucional e válida a cobrança obrigatória do imposto sindical.<sup>16</sup>

A campanha contra o imposto sindical seria retomada no início de 1949; a partir de então não mais se colocaria qualquer esperança na utilização da justiça para barrar a sua cobrança e os mandados de segurança não são mais sugeridos, a não ser como forma de *desmascarar a justiça de classe*. Afirma Bacelar Couto:

*Os trabalhadores não podem ter ilusões de que o parlamento (...) nem o judiciário, mero apêndice do governo, venha reconhecer como ilegal o imposto sindical, fazendo suspender o seu desconto compulsório. A ditadura precisa deste imposto da corrupção para reforçar a sua política de opressão e de intervenção nos sindicatos, para sustentar sua corte de pelegos.*<sup>17</sup>

No final de 1948, o deputado comunista Pedro Pomar havia apresentado um projeto extinguindo o imposto sindical. A posição dos comunistas em relação a este projeto revela bem a descrença no parlamento existente em suas fileiras naquela conjuntura. Para os comunistas, o projeto de Pomar visava, antes

---

<sup>16</sup> MORAES FILHO, Evaristo. *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 281-282.

<sup>17</sup> BACELAR COUTO, A. L. Como lutar contra o imposto sindical. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1949.



de mais nada, desmascarar os *falsos democratas* que teriam, mais uma vez, que *despir-se de suas roupagens liberais* e votar pela manutenção do imposto.<sup>18</sup>

Segundo o jornal *A Classe Operária*, trabalhadores de centenas de empresas fizeram entregas de memoriais aos patrões exigindo o não desconto do imposto sindical.<sup>19</sup> Houve uma única notícia de greve contra o imposto sindical, que foi na Fábrica Varam, a qual paralisou por duas horas e meia. Mas, mesmo nesta greve, pudemos constatar a presença de outras reivindicações, como a de aumento de salários.

A luta pelo fim do imposto sindical constituía-se como o centro da estratégia sindical comunista. Segundo eles, o peleguismo não poderia sobreviver sem as taxas compulsórias. O fim do imposto sindical levaria necessariamente os pelegos a se esforçarem para ampliar o quadro de associados e a buscarem atender minimamente os interesses econômicos dos trabalhadores. Assim abrir-se-ia espaço para que de novo os sindicatos pudessem se encher de trabalhadores, facilitando a atuação dos sindicalistas mais combativos.

#### UNICIDADE E LIBERDADE SINDICAL NO BRASIL

Em agosto de 1948, a *Gazeta Sindical* publica um longo artigo que, pela primeira (e única) vez, aborda o problema da unicidade sindical, colocando-a como obstáculo à verdadeira liberdade sindical. O artigo, sem dúvida, é único, mas mostra as dificuldades internas que atravessava a concepção comunista sobre a liberdade sindical. O artigo assinado por Carlos Araújo afirma:

*Para os trabalhadores de todos os países do mundo, liberdade sindical significa: a) Organização livre de interferência do Estado (...) c) direito de fundar novo sindicato no caso de discordar da orientação do existente (...) o Projeto Mangabeira de Lei Sindical embora no seu*

---

<sup>18</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1949.

<sup>19</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 14 maio 1949.



*artigo 4º assegure essas liberdades, o nega na prática quando regulamenta a aplicação do imposto sindical.*<sup>20</sup>

No entanto a possibilidade legal da pluralidade sindical não voltaria mais a ser colocada, pelo menos de maneira explícita, como condição necessária para instauração da liberdade sindical, como foi exposta por Carlos Araújo em agosto de 1948. Tudo indica que a posição assumida por ele não correspondia à posição oficial da direção do PCB. Na primeira quinzena de novembro de 1949, ao definir liberdade sindical, a mesma *Gazeta Sindical* afirmaria:

*Compreende-se pois por liberdade sindical o direito que tem o trabalhador, como cidadão, de agrupar-se ou associar-se em sindicatos ou outro qualquer tipo de associação profissional para a defesa comum de seus direitos sociais e de seus interesses econômicos e políticos (...) cabe ainda o direito de unicamente dirigir os seus órgãos de classe, eleger suas diretorias, controlar seus atos e elaborar os estatutos atendendo as particularidades de cada corporação (...) Quanto ao trabalhador individualmente não deve estar sujeito à contribuição obrigatória, como é o caso do imposto sindical, e ter livre direito de filiar-se ou não ao sindicato.*<sup>21</sup>

Como podemos notar, desaparece o *direito de fundar novo sindicato no caso de discordar da orientação do existente*. Agora eles reduzem o conceito de liberdade sindical à extinção do imposto sindical, eleições livres para as diretorias sindicais, ao direito de elaboração dos seus estatutos e de organização por locais de trabalho. Portanto, nas conjunturas de 1948 a 1950, a política comunista não escapa de uma contradição. Em geral aponta para a necessidade da mais ampla liberdade sindical, mas apenas tangencialmente aborda o problema da investidura sindical, que tem como substrato a “carta de reconhecimento sindical”.

---

<sup>20</sup> ARAÚJO, C. Porque lutamos contra o Projeto Mangabeira de Lei Sindical. *Gazeta Sindical*, Rio de Janeiro, p. 3, 15 ago. 1948.

<sup>21</sup> *Gazeta Sindical*, Rio de Janeiro, 1. quinz. nov. 1949.

A POLÍTICA SINDICAL COMUNISTA NOS PRIMEIROS ANOS DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS – OS ANOS DE TRANSIÇÃO (1951-1952)

O PCB E O NOVO GOVERNO DE VARGAS

Os comunistas, embora considerassem o governo Vargas uma continuação do governo Dutra, também compreenderam que este novo governo contava com a confiança de importantes setores das classes trabalhadoras. Portanto, se quisessem manter alguma relação com as massas getulistas, deveriam tomar certos cuidados com os ataques a serem desferidos contra Vargas.

Para os comunistas, o calcanhar-de-aquiles do novo governo eram as suas promessas que, segundo eles, jamais poderiam ser cumpridas. Isso levaria a um rápido desgaste de Vargas e ao conseqüente aumento da influência dos comunistas junto a suas bases populares. Em um dos primeiros documentos da direção nacional do PCB, após a posse de Getúlio, afirmava-se:

*Existe uma flagrante contradição entre o caráter do governo de Getúlio e o que dele esperam as massas (...) O governo Vargas será rapidamente desmascarado, se atuarmos de maneira a não nos isolarmos dos setores populares que ainda têm ilusões na demagogia getulista, isto é, se atuarmos a base de fatos concretos da conduta de Getúlio, a base da luta direta das massas pela paz, por aumento de salários, contra a carestia, contra o aumento dos aluguéis (...) contra a assiduidade de 100%, etc.<sup>22</sup>*

Os comunistas, desde a posse do novo governo, aproveitando-se de uma tendência espontânea das massas trabalhadoras, passaram a incentivar a formação de comissões de trabalhadores para reivindicar diretamente a Getúlio Vargas. Acreditavam que esta seria a melhor maneira de desmascarar a demagogia getulista junto às suas bases operárias.

---

<sup>22</sup> PCB. Resolução do Pleno do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, de fevereiro de 1951. As tarefas atuais dos comunistas na luta pela paz e pela independência nacional. *Problemas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 33, p. 3-12, mar./abr. 1951.

## VARGAS E AS INTERVENÇÕES SINDICAIS

Durante a sua campanha eleitoral, Vargas havia criticado as intervenções sindicais promovidas no governo Dutra e prometera entregar os sindicatos para os trabalhadores através de eleições livres. Após eleito à presidência da República, poucos dias antes da posse, Vargas recebeu uma comissão de jornalistas do Distrito Federal que exigiu que fosse empossada a diretoria eleita do seu sindicato, que havia sido impedida de assumir por não ter apresentado o “atestado ideológico”. Vargas respondeu: *Que atestado é esse? No meu governo não havia isso. E se comprometeu em garantir a posse de todos os eleitos.*<sup>23</sup>

Sem dúvida a surpresa de Vargas não se justificava. O presidente eleito, mais do que saber da existência do atestado, havia sido aquele que o instituíra em 1939 e o manteria quando da elaboração da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

Poucos dias após a posse de Vargas uma comissão de trabalhadores visitou o Ministro do Trabalho Danton Coelho e exigiu dele a imediata posse das diretorias eleitas e não empossadas. Aproveitou também a ocasião para cobrar do ministro o fim do “atestado ideológico”. A resposta de Danton Coelho mostraria claramente todos os limites da política de liberalização dos sindicatos implementada por Vargas, através do Ministério do Trabalho. Afirma o ministro: *Sou inteiramente contrário ao atestado de ideologia. Apenas não permitirei que nenhum comunista tome parte das direções sindicais (...) Os trabalhadores terão o direito de escolher seus dirigentes sindicais contanto que não sejam comunistas.*<sup>24</sup>

Danton Coelho deixava claro qual era sua visão sobre a liberalização dos sindicatos brasileiros. Ele proporia uma abertura gradual, e controlada, que pudesse resgatar a confiança dos trabalhadores nas instituições sindicais oficiais, renovando os seus quadros e dando-lhes um maior dinamismo. Mas, ao mesmo tempo, impediu (ou dificultou ao máximo) o ingresso dos comunistas nas direções dos sindicatos oficiais, pelo menos nos mais importantes.

---

<sup>23</sup> *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 3 fev. 1951.

<sup>24</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1951.

## VARGAS E A REPRESSÃO AO MOVIMENTO SINDICAL

No seu primeiro ano de governo, Vargas não só não revogou o “atestado ideológico”, como se utilizou amplamente dele para tentar manter os comunistas fora dos principais sindicatos. A Portaria n. 36, de 1º de maio de 1951, do Ministro do Trabalho que convocava as primeiras eleições sindicais no governo Vargas, em seu Artigo segundo, referia-se explicitamente à necessidade do cumprimento do Artigo 530 da CLT, referente ao “atestado ideológico”. O que o ministro fez de novo foi determinar que a exigência do “atestado ideológico”, que era de competência do Departamento de Polícia Política e Social, passasse a ser competência do próprio Ministério do Trabalho.

O Ministério do Trabalho continuaria sem empossar várias diretorias eleitas, como a dos sindicatos dos marceneiros e dos trabalhadores em curtume do Distrito Federal. Continuavam também sob intervenção, depois de anuladas as eleições que deram a vitória às chapas apoiadas pelos comunistas, os sindicatos da Carris Urbanos e dos hoteleiros do Distrito Federal.

O Ministério do Trabalho também colocará sob intervenção os sindicatos dos marceneiros e dos têxteis de São Bernardo do Campo, que estavam dirigindo uma greve geral das duas categorias. Outra medida do Ministério foi dissolver as comissões de salários que foram formadas, através de assembléias gerais, nos sindicatos dos metalúrgicos, dos hoteleiros, dos marceneiros e da Carris Urbanos do Distrito Federal, todas hegemônicas por comunistas.

Na eleição, ocorrida no início de 1951, para a diretoria do Sindicato dos Operários Navais seria negado o registro da chapa presidida pelo comunista Irineu José de Souza. Durante a greve dos metalúrgicos em Belém do Pará, ocorrida em julho de 1951, o Ministério do Trabalho determinou o fechamento, por um prazo de seis meses, do Sindicato dos Metalúrgicos de Belém.

As intervenções e a repressão eram seletivas e visavam, fundamentalmente, desorganizar a ação dos comunistas no seio do movimento sindical. Vargas pretendia “entregar” os sindicatos aos trabalhadores, como já havia afirmado o seu ministro do trabalho, contanto que esses trabalhadores não fossem comunistas.

O governo, além de patrocinar intervenções exemplares nos sindicatos sob direção não ministerialista, em muitos momentos, reprimia duramente as suas manifestações, principalmente quando elas passavam a fugir do controle do Ministério do Trabalho e representavam uma ameaça para seu projeto de incorporação da classe operária.

Em abril de 1951, a polícia de Vargas impediu a realização da Segunda Conferência Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal, que seria promovida pela Associação Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal - ASTDF. Várias manifestações, não oficiais, em comemorações do 1º de Maio de 1951, foram reprimidas.

Houve também uma repressão seletiva aos movimentos grevistas. O primeiro grande confronto entre o governo Vargas e um movimento grevista deu-se em maio de 1951, quando da greve dos ferroviários da Rede de Viação do Rio Grande do Sul, na qual cerca de 18 mil grevistas paralisaram as ferrovias do Estado. Diante do impasse nas negociações, os governos estadual e federal enviaram tropas do exército contra os grevistas.

A greve nacional dos aeronautas e aeroviários, que se iniciou em 3 de dezembro de 1951 e atingiu os principais estados brasileiros, foi uma das provas de fogo da política de liberalização dos sindicatos tentada por Vargas. Embora não houvesse intervenção direta nos sindicatos, e suas diretorias fossem mantidas, Vargas, através de um decreto, declarou intervenção federal nas empresas de aviação, sob a alegação de que a paralisação estaria acarretando *gravíssimos prejuízos aos interesses nacionais*. Em seguida os grevistas foram convocados pela Aeronáutica para prestar serviços considerados fundamentais. Esta intervenção branca e a repressão que se seguiu determinaram o fim da greve.<sup>25</sup>

Em 2 de maio de 1951, o governo suspendeu as atividades da Associação dos Trabalhadores de Barretos e iniciou o processo judicial para dissolvê-la. Esta entidade havia dirigido uma importante greve na cidade, a do frigorífico Anglo, o que tinha custado a prisão do presidente da associação. Outro caso grave de atentado à organização livre dos trabalhadores, e que se destacou por sua truculência, foi o fechamento da Associação dos

---

<sup>25</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1951.

Trabalhadores do Arsenal da Marinha. No dia 19 de outubro de 1951, a polícia ocupou a sede da associação, dissolveu uma assembléia e prendeu cerca de 80 operários. Vários deles ficaram presos durante meses, alguns, como o presidente da Associação, ficaram incomunicáveis e posteriormente denunciaram terem sofrido torturas.<sup>26</sup>

A Portaria n. 48, baixada pelo Ministro do Trabalho Segadas Viana em maio de 1952, ainda mantinha, na prática, a exigência do atestado de ideologia para os candidatos que desejassem concorrer às eleições sindicais. A portaria mantinha a exigência de uma declaração de próprio punho dos candidatos, afirmando que os mesmos não estavam inclusos nos casos de inegibilidade apontados na CLT em seus capítulos específicos sobre eleições sindicais, que estabelecem a necessidade de atestados de ideologia.<sup>27</sup>

No discurso de 1º de maio de 1952, Vargas reafirmou seu objetivo de abertura sindical controlada, que impedisse o ingresso dos comunistas na estrutura sindical oficial, mas pudesse rejuvenescê-la com novos quadros operários menos desgastados.<sup>28</sup> Em julho de 1952, em um discurso feito aos portuários santistas, Vargas reforçou a sua posição sobre a necessidade de oxigenar a estrutura sindical oficial com novos operários, ao mesmo tempo que buscava isolar os comunistas:

*Eu bem sei que, quando está para se realizar uma eleição sindical, surgem naturalmente dois ou três candidatos (...) é muito fácil eliminar o contendor que tenha possibilidade de vencer, indicando-o como comunista à polícia. Daí, muitas vezes, serem fichados como comunistas trabalhadores que nunca participaram dessas atividades. Os próprios colegas, às vezes, levam à polícia uma indicação caluniosa, tachando-o como pertencente ao movimento comunista.<sup>29</sup>*

O discurso de Vargas buscava ganhar o apoio dos trabalhadores portuários, colocando-se ao lado dos “verdadeiros”

<sup>26</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 20 out. 1951.

<sup>27</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 13 maio 1952.

<sup>28</sup> VARGAS, Getúlio. *O governo trabalhista do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. v. 2, p. 456.

<sup>29</sup> *Ibid.*, v. 3, p. 167-168.

líderes da classe, que muitas vezes são *acusados injustamente de comunistas*. Na verdade o discurso de Vargas reforçava, subrepticamente, a opinião de que os “verdadeiros comunistas” não poderiam estar dentro da estrutura sindical.

Depois de aproximadamente um ano de votado pela primeira vez na Câmara Federal, o Senado aprova, em agosto de 1952, o projeto de lei abolindo o atestado de ideologia. E no dia 1º de setembro Vargas sanciona a nova lei. Mesmo depois de aprovada, o Ministro do Trabalho Segadas Viana ainda afirmou que o atestado ideológico estava há muito tempo abolido e o que ele exigia e continuaria exigindo era *uma simples declaração dos candidatos de que não professam ideologias contrárias ao regime*.<sup>30</sup>

O fim do atestado ideológico, apesar da declaração do Ministro do Trabalho, representa o início da mudança de posição do governo Vargas em relação ao movimento operário e sindical. Uma mudança no sentido da radicalização da política populista, que terá como ponto alto a indicação de João Goulart para o Ministério do Trabalho em junho de 1953.

#### O PCB E A SINDICALIZAÇÃO DE VARGAS

No seu famoso discurso feito em primeiro de maio de 1951, no Estádio do Vasco da Gama, Getúlio Vargas tentava uma nova aproximação com os trabalhadores urbanos. Nele o governo exprime o seu grande projeto de incorporação da classe operária aos sindicatos oficiais e não esconde os seus verdadeiros objetivos:

*Preciso de vós, trabalhadores do Brasil (...); preciso de vossa união; preciso que vos organizei solidamente em sindicatos; preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do governo, para que este possa dispor de toda força de que necessita para resolver os vossos próprios problemas (...)  
O sindicato é a vossa arma de luta, vossa fortaleza defensiva, o vosso instrumento de ação política.*<sup>31</sup>

Ou seja, Vargas conclama os trabalhadores a ingressarem nos sindicatos oficiais para apoiar o governo, dando-lhe a base

<sup>30</sup> *Gazeta Sindical*, Rio de Janeiro, 2. quin. set. 1952.

<sup>31</sup> VARGAS, Getúlio, *op. cit.*, v. 1. p. 324-327.

social necessária para a realização de seu projeto. A incorporação da classe operária torna-se então fundamental para reequilibrar a correlação de forças dentro do Estado e na sociedade em favor das correntes industrialistas. Mas a integração da classe operária ao Estado deveria ser necessariamente subordinada aos interesses da própria burocracia de Estado. Isso explica a manutenção, e a utilização seletiva, dos mecanismos restritivos e repressivos da CLT.

Após o apelo de Vargas para o ingresso em massa dos trabalhadores nos sindicatos oficiais, os comunistas reforçaram a sua política de retomada destes sindicatos e, ao mesmo tempo, acentuaram as suas críticas à política sindical do governo. Afirma João Amazonas no seu artigo *Pela Paz, pela Libertação Nacional*, publicado na revista *Problemas* de julho/agosto de 1951:

*Devemos chamar os trabalhadores para ingressarem nos sindicatos com a finalidade de lutarem ativamente por suas reivindicações e arrancá-las das mãos dos pelegos e do Ministério do Trabalho. Dentro dos sindicatos ministerialistas, a luta pela liberdade sindical deve ser realizada através de campanhas pela convocação de assembléias de massa, por eleições livres, pelo direito dos sindicatos em se agruparem nas Uniões Sindicais e se filiarem abertamente à CTB. Simultaneamente devem lutar pela organização sindical dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho, reforçar as associações profissionais, pois a unidade e a organização sindical têm, nas empresas, o seu ponto de apoio fundamental.*<sup>32</sup>

A direção da CTB, afinada com a direção do PCB, também respondeu ao apelo à sindicalização feito por Vargas. Em um manifesto dirigido aos trabalhadores brasileiros, datado de 8 de junho de 1951, a direção da CTB conclamou os trabalhadores a ingressarem “em massa” nos sindicatos, e criarem Conselhos Sindicais nos locais de trabalho. Conclui o documento: *Liguemos a luta do Conselho Sindical da empresa com a luta dentro dos sindicatos*

---

<sup>32</sup> AMAZONAS, J. Pela paz, pela libertação nacional. *Problemas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 35, p. 6-44, jul./ago. 1951.



*e não haverá pelego ou Ministério do Trabalho capaz de submeter o movimento sindical brasileiro.*<sup>33</sup>

A partir do segundo semestre de 1951, os comunistas passam a incentivar a formação dos conselhos, ou comissões sindicais, nas empresas. A concepção que se tinha sobre esses conselhos era de que eles deveriam gradualmente integrar-se à estrutura sindical oficial como elo entre as diretorias sindicais e as bases operárias. No final de 1952 os comunistas iniciam uma campanha visando a “legalização” das comissões de fábricas, transformando-as em comissões sindicais.<sup>34</sup>

#### A AUTOCRÍTICA SINDICAL DE JUNHO DE 1952

O documento *Ampliar a Organização e a Unidade da Classe Operária* aprovado na reunião da direção nacional do PCB em julho de 1952 abria uma nova fase na política sindical do Partido Comunista do Brasil.

Apesar de constatar o avanço das lutas operárias, particularmente após 1950, o documento considera que essas estariam ainda bastante aquém das necessidades da conjuntura. As principais causas apontadas pelos comunistas seriam, fundamentalmente, *a falta de unidade e a precária organização do proletariado.*<sup>35</sup>

A avaliação que os comunistas faziam sobre o papel desempenhado pelo governo Vargas e pela estrutura sindical oficial, era de que eles seriam instrumentos de desorganização dos trabalhadores. Contraditoriamente, pelo menos um dos aspectos da política sindical dos comunistas, naquele momento, vem ao encontro dos interesses de Vargas, que é justamente a diretiva de “encher os sindicatos” de trabalhadores. Os comunistas não se cansaram de afirmar que, embora

---

<sup>33</sup> Cf. conclamação da CTB em manifesto de 8 de junho de 1951. Aos sindicatos! *Voz Operária*, Rio de Janeiro, p. 8, 16 jun. 1951.

<sup>34</sup> PCB. Resolução do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, de julho de 1952, sobre a organização e unidade da classe operária. *Ampliar a organização e a unidade da classe operária. Problemas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 42, p. 10-21, set./out. 1952.

<sup>35</sup> Idem.

aproveitando-se de uma iniciativa governamental, os objetivos de Vargas e os deles eram fundamentalmente diferentes. O governo queria levar os trabalhadores para os sindicatos a fim de controlá-los, e os comunistas para unificá-los e encaminhá-los para a luta por seus interesses imediatos, desmascarando a política demagógica de Vargas.

No balanço sobre o desenvolvimento da sua política sindical desde o início de 1948, a direção do PCB é bastante crítica. Essa “autocrítica” que passaria a ser a palavra final dos comunistas sobre a política sindical predominante no período que vai de 1948 a 1950 é bastante instigante e serviu de base para toda a produção teórica posterior sobre a política sindical do PCB no período. E em certo sentido parece, à primeira vista, demonstrar uma contradição entre os documentos oficiais do PCB publicados entre 1948 e 1950 e os verdadeiros interesses desse partido durante o período. Afirma o documento:

*Não colocamos (...) de maneira justa o problema da unidade do movimento operário (...) A própria diretiva da organização nas empresas, acertada em princípio, para ser justa deveria apresentar claramente como tarefa precípua de tais organismos reforçar a luta dos trabalhadores e levá-los à conquista de seus sindicatos e não à criação de novas associações profissionais ou de uma nova organização sindical no país.*

*Colocamo-nos, na realidade, contra a organização existente no país, a do Ministério do Trabalho, e quisemos, na prática, criar outro movimento sindical, independente, apoiado nas associações profissionais e nas organizações de empresas, sem que existissem condições para isso (...) Isto levava, como efetivamente levou, ao abandono do trabalho nos sindicatos, sem que simultaneamente, tivéssemos conseguido maior êxito na criação de associações profissionais capazes de levar, como supúnhamos possível, a organizações independentes do proletariado”.<sup>36</sup>*

Esta última afirmação é bastante estranha visto que essa posição jamais foi explicitada durante o período que vai de 1948

---

<sup>36</sup> Idem.

a 1952. Pelo contrário, os documentos oficiais e oficiosos do partido sempre negaram a possibilidade de formação de uma estrutura sindical paralela permanente que visasse substituir a estrutura sindical oficial. Todos os documentos do período tendiam a afirmar o caráter provisório dessas organizações livres.

Sem dúvida, a posição mais crítica à estrutura sindical oficial, e as medidas práticas tomadas pelos comunistas construindo associações profissionais e comissões de empresas, mobilizando contra o imposto sindical e o dissídio coletivo, fizeram com que parcelas importantes de sua militância se afastassem dos sindicatos oficiais, que já ofereciam pouco ou nenhum espaço de participação.

De fato, não houve um projeto consciente, estabelecido através de um programa, para a construção de *um outro movimento sindical, independente, apoiado nas associações profissionais e nas organizações de empresas*. Nada existe nos documentos oficiais, ou na imprensa comunista, que aponte nessa direção. Embora, repito, a prática cotidiana da militância comunista pudesse destoar da política geral, ela não podia conduzir a construção de outra estrutura sindical pela falta de uma programa claro que a embasasse; pelo contrário, a linha política geral adotada, enunciada em todos os documentos, conduzia, mesmo através de “zigzagues”, a uma outra direção: a conquista dos sindicatos oficiais.

O documento de junho de 1952, embora afirmasse que a estrutura sindical oficial desempenhava um papel desorganizador, contraditoriamente afirma também que *é nos sindicatos ministerialistas, apesar de todas as restrições que entravam o desenvolvimento do movimento sindical (...), que devemos ver, nas condições atuais de nosso país, o caminho para realizar a organização da classe operária*.

O documento constata ainda, um ano após a conclamação para sindicalização em massa, uma resistência acentuada da militância comunista em acatar as diretivas de atuar nos sindicatos oficiais sob intervenção:

*Mas essa orientação não vem sendo ainda suficientemente aplicada por todo o partido. Persistem incompreensões que se manifestam, de um lado, na resistência que muitos comunistas opõem ainda à tarefa de ingressar nos sindicatos e neles trabalhar ativamente, de outro, na aceitação passiva das arbitrariedades do governo*

*no movimento sindical, na adaptação comodista às condições existentes, sem maior esforço para levar os operários sindicalizados a lutarem concretamente pela liberdade e pela independência.*<sup>37</sup>

A nova tática, esboçada desde o início de 1951, que propõe uma aproximação com as bases sociais do getulismo que ingressavam massivamente nos sindicatos, não poderia deixar de ser uma política de frente única, com as direções sindicais ministerialistas menos burocratizadas e mais próximas das aspirações das massas trabalhadoras.

No ano de 1952 constatamos uma tendência dos comunistas em procurar formar chapas unitárias para concorrer às eleições sindicais. No seu artigo sobre as eleições sindicais convocadas pelo Ministério do Trabalho em meados de 1952, João Amazonas afirma:

*Nesta luta não se trata de atacar este ou aquele grupo de operários cujas opiniões divergimos. Isto seria ajudar a divisão almejada pelo ministério. A luta não é entre os trabalhadores, mas dos trabalhadores contra a interferência ministerialista (...) Torna-se, assim, urgente, organizar chapas unitárias, amplas, capazes de reunir a grande maioria dos sindicalizados (...).*<sup>38</sup>

Com o documento de junho de 1952 vai se consolidando uma nova linha sindical, com o abandono da política de construção de associações profissionais livres e a priorização da atuação nos sindicatos oficiais. Essas alterações já vinham se desenhando desde as eleições sindicais do final de 1950 e ganhariam novo impulso após maio de 1951, com o início da campanha pela sindicalização em massa, que abriu um novo espaço para o reingresso dos comunistas na estrutura sindical oficial. O documento de junho representa uma sistematização da experiência passada, considerada no geral negativa, e numa elaboração mais acabada de uma nova linha sindical, menos crítica à estrutura sindical corporativa.

---

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> AMAZONAS, J. Sobre as eleições sindicais. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 3, 1 jun. 1952.

#### UNIÕES SINDICAIS E AS ESTRUTURAS VERTICAIS

Os comunistas passam a defender iniciativas voltadas a aglutinar os sindicatos oficiais em torno de lutas específicas e das uniões sindicais permanentes. Esta unificação dar-se-ia de preferência horizontalmente, ferindo a legislação sindical brasileira, mas também poderia, e deveria, dar-se através das organizações verticais, por categorias profissionais, através das federações e confederações sindicais já existentes.

Entre 1948 e 1950, os comunistas praticamente desconhecaram a existência das estruturas sindicais verticais, chegando mesmo a denunciá-las como mais um instrumento de controle e divisão do movimento operário brasileiro. Pelo contrário, o documento de junho de 1952,

*recomenda às organizações do Partido que não poupem esforços para ajudar os trabalhadores na conquista das federações sindicais existentes. As atuais federações foram criadas com o objetivo de manter o proletariado dividido, mas agrupam alguns sindicatos, se forem dirigidos por operários honestos, poderão ser úteis ao proletariado em sua luta pela conquista de unidades do movimento sindical.<sup>39</sup>*

Mas a prioridade dos comunistas continuaria sendo a organização horizontal dos trabalhadores através de uniões sindicais regionais. Nessas uniões, os sindicatos oficiais começaram a adquirir um papel mais destacado, mas as associações profissionais continuaram a ter alguma participação pelo menos até o final de 1952. Os comunistas buscaram agilizar o processo de realização de encontros sindicais e a impulsionar a formação de uma nova central sindical que, eles defendiam, deveria ter por base a CTB.

A partir de 1952 ganha corpo a campanha contra a assiduidade integral. Para coordenar a ação dos sindicatos foi formada a Comissão Intersindical contra a Assiduidade Integral - Ciscai. As articulações estaduais culminaram na realização de uma Convenção Nacional da Ciscai que seria realizada entre os

---

<sup>39</sup> PCB, Res. do Com., jul. 1952, *op. cit.*, p. 10-21.

dias 15 e 18 de novembro, com a participação de 89 sindicatos e 179 delegados, representando nove Estados.

Os comunistas comemoraram a realização desse congresso como mais um passo na conquista da liberdade sindical. Teria sido ele o primeiro congresso realizado nestes últimos sete anos *sem qualquer bafejo do poder público e sem a intervenção policial-ministerialista e, por isso, seria um marco histórico no desenvolvimento do sindicalismo brasileiro.*

A proposta vitoriosa no congresso, segundo os comunistas, deu à Ciscal uma organização em âmbito nacional capaz de realizar, num breve período, um Congresso Nacional de Trabalhadores que, apoiado em todas as organizações sindicais brasileiras e nas massas assalariadas, apresentou envergadura suficiente para a criação da Central Sindical Nacional. O Congresso elegeu uma direção nacional com forte influência comunista.<sup>40</sup>

Portanto, os comunistas não abandonaram a idéia de formação de uma estrutura horizontal congregando sindicatos de várias categorias profissionais, embora aqui com um adendo importante: pouco a pouco as organizações livres (associações profissionais e comissões de empresas) passaram a ser excluídas dessas intersindicais.

#### UMA LINHA SINDICAL EM TRANSFORMAÇÃO

A partir do final do ano de 1950 e, principalmente, após a posse de Vargas, em 1951, com o início do processo de liberalização da estrutura sindical, os comunistas iniciam uma inflexão na sua política sindical.

Já afirmamos que, entre 1948 e 1950, nunca constou do programa sindical comunista a proposta de construção de outra estrutura que fosse paralela à estrutura sindical oficial. A reconquista dos sindicatos oficiais sempre fora um dos objetivos centrais de sua política sindical.

Mas afirmamos também que a proposta de construção de organizações livres por local de trabalho e de associações profissionais desvinculadas da estrutura sindical, na prática

---

<sup>40</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1952.

acabaram por constituir verdadeiros embriões de um sindicalismo livre. As campanhas ousadas contra o imposto sindical, utilizando-se inclusive do instrumento da greve, as denúncias contra a Justiça do Trabalho e os dissídios coletivos, em nome da livre negociação entre patrões e empregados, acabaram produzindo profundas fraturas na ideologia populista no interior da militância operária hegemônica pelos comunistas. Talvez aqui pudéssemos constatar uma tensão entre o programa geral, o fim a ser atingido (a conquista dos sindicatos oficiais) e o método empregado (construção de associações profissionais), que poderia apontar em outro sentido.

Digo *poderia* porque não foi isso que acabou prevalecendo. No geral, a ação dos comunistas, construindo organizações livres por local de trabalho e associações profissionais, não desembocou na construção de uma nova estrutura sindical e, sim, colaborou para o acúmulo de forças, num período bastante repressivo, que permitiu a volta dos comunistas à direção dos sindicatos oficiais. Portanto não creio, como defendem os comunistas no pós-1952, que essas diretivas tivessem enfraquecido as suas posições dentro do movimento operário e sindical e facilitado a ação dos ministerialistas. Quer na perspectiva de construir um “novo sindicato”, quer na perspectiva de tomar o sindicato para reformá-lo, as diretivas adotadas por eles entre 1948 e 1951 estavam adequadas.

Em 1951 começavam a se criar novamente as condições, como havia ocorrido em 1945-1946, para o reingresso dos comunistas nos sindicatos oficiais, e à realização do objetivo maior já indicado desde 1948. Por conseguinte, não se justificava mais a manutenção das associações profissionais livres (onde já existissem sindicatos reconhecidos) ou mesmo das comissões de empresas autônomas. Segundo os comunistas, ainda em 1952, tratava-se agora de “minar” a estrutura sindical “por dentro”.

O ingresso dos comunistas nos sindicatos oficiais, inclusive nas cúpulas das federações, coincidiria com uma alteração de sua visão sobre a estrutura sindical. Eles passariam gradualmente a mudar sua posição sobre o imposto sindical, defendendo-o primeiramente para os não sindicalizados e depois passando a defendê-lo integralmente, como um instrumento de fortalecimento dos sindicatos.

Os comunistas arrefeceriam suas críticas à justiça do trabalho e aos dissídios coletivos, passando mesmo, em alguns

casos, a defendê-los, considerando-os benéficos para as categorias menos organizadas. Alterariam também a sua posição sobre a unicidade sindical, passando a assumir uma posição de defesa aberta de sua manutenção, considerando-a uma conquista dos trabalhadores e um dos pontos positivos da legislação de 1931 e da CLT.

Por fim, as críticas às experiências de 1949-1951 tornaram-se ainda mais contundentes, conforme a política geral (estratégia) e a tática do PCB se deslocavam para o “centro” e fortaleciam a sua influência dentro da estrutura sindical oficial, inclusive no Ministério do Trabalho, integrando o partido ao “pacto populista”, linha que se consolidou com a *Declaração sobre a Política do Partido Comunista*, de março de 1958.<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *PCB: vinte anos de política (1958-1959): documentos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. p. 3-27.



## **RED TRADE UNIONISM: THE BRAZILIAN COMMUNIST PARTY'S TRADE UNION POLICY BETWEEN 1948 AND 1952**

### **ABSTRACT**

This article analyses the Brazilian Communist Party's - PCB trade union policy between 1948 and 1952. The author shows that there is a contradiction between the communist militants' recollections which were the basis for the PCB's history and the party's official documents from the period. The policy of building workers' organizations outside the official trade union structure, was not intended to create a parallel union structure on a permanent basis. This was a way found to build up sufficient force to win over the official unions. Even so, this was the period when the communists were closer to breaking with the so-called ideology of trade unionist populism. Nevertheless, the unfavourable situation for the workers and the limits to the communists' criticism of the state trade union structure prevented the communists from substitute this corporative and controlled structure by another based on the free trade unionism.

### **KEYWORDS**

Brazilian Communist Party - PCB; Brazilian trade unionism; Populism; Trade union structure



Reunião entre sindicalistas e grevistas durante greve na mina de Morro Velho. [Sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima]. [Nova Lima, MG], 1948.

GROSSI, Yone de Souza. *Mina de Morro Velho: a extração do homem: uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 168.